

Cyber Academia and Innovation Hub - CAIH
Call para a implementação do CAIH

Título:

Cyber Academia and Innovation Hub

Call para a implementação do CAIH

Autoria:

Grupo de Projeto do *Cyber Academia and Innovation Hub*

Data de edição:

Agosto de 2020

DIREÇÃO GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL

ALBERTO ANTÓNIO RODRIGUES COELHO

Diretor-Geral

Versão: (2020-08-03)

ÍNDICE

1. DESCRIÇÃO DO CAIH	4
2. CONSTITUIÇÃO DO CAIH	6
3. OBJETIVO DESTA CALL.....	6
3.1. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DO CAIH.....	6
3.2. INVESTIMENTO INICIAL, <i>BURDEN SHARING</i> E ESCALONAMENTO DOS PARTICIPANTES.....	7
3.3. ENQUADRAMENTO LEGAL	7
3.4. CANDIDATURAS	8
3.5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS.....	8
3.6. PRAZOS.....	11
3.7. CONTACTOS.....	12
4. ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES	12
4.1. ESTRUTURA DO CAIH	12
4.2. PROGRAMA DE TRABALHO	13
4.3. PESSOAL.....	13
4.4. CUSTOS DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAIH.....	13
4.5. CONTABILIDADE E AUDITORIA	14
LISTA DE ACRÓNIMOS	15

FIGURAS

Figura 1 - Estrutura de Governação	12
--	----

TABELAS

<i>Tabela 1 – Bens e serviços base</i>	11
--	----

ANEXOS

A) Modelo de Proposta

1. DESCRIÇÃO DO CAIH

Utilizando a experiência adquirida nos últimos 5 anos na liderança do projeto *Smart Defence* da OTAN e na Disciplina de Ciberdefesa da União Europeia (UE) ligada à Educação e Treino de Ciberdefesa, Portugal está a implementar o *Cyber Academia and Innovation Hub* (CAIH), sob a égide da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

O CAIH foi aprovado por despacho de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, a 02 de fevereiro de 2018, com a missão de estimular a Educação, Treino, Investigação, Inovação e o Desenvolvimento da Indústria no domínio Ciber, para alimentar o ecossistema nacional e internacional com o conhecimento e competências necessárias à nova geração de profissionais, e para apoiar o desenvolvimento de capacidades.

Pretende-se que o CAIH se constitua num Centro de Excelência de nível internacional de ciberdefesa e cibersegurança, que interligue Universidades, Centros de Investigação, a Indústria e outras entidades do setor público e privado.

O CAIH desenvolverá as seguintes linhas estratégicas de ação:

- i. **Educação, Treino e Exercícios** (para o desenvolvimento de competências Ciber – fortalecendo a resiliência e a resposta a ameaças Ciber);
- ii. **Apoio à Investigação, Desenvolvimento e Inovação** (com a criação de uma incubadora de projetos - *Knowledge Incubation Center* – de capacitação neste domínio envolvendo as Universidades e a Indústria);
- iii. **Apoio ao desenvolvimento da Indústria** (através da partilha, interação e uma aproximação colaborativa, permitindo a experimentação, avaliação e certificação de novas soluções e tecnologias e a transferência de conhecimento).

Para dar corpo a estas linhas estratégicas, o CAIH desenvolverá como principais produtos, entre outros que se venham a revelar necessários para prosseguir a sua missão:

- **Providenciar apoio técnico especializado nas áreas de Ciberdefesa e Cibersegurança** (Cadeia de Valor vs. Tarefas), através de estudos, elaboração de documentos doutrinários e lições aprendidas, boas práticas, projetos colaborativos e/ou apoio no desenvolvimento de ações que resultem no aumento da resiliência Ciber;
- **Identificação e criação dos instrumentos de Educação e Treino - E&T** (Competências & *Skills*; *Gaps* E&T), nomeadamente através da elaboração de diagnósticos de necessidades formativas, análise de perfis formativos e elaboração dos *Curricula* específicos e especializados por forma a que se constitua uma base de dados formativa, partilhada e autoalimentada,

responsável pela partilha de boas práticas e melhoria das capacidades de prevenção e combate às ameaças Ciber;

- **Formação e Educação** (Cursos e Programas Académicos), com a realização de planos e programas de formação e educação, institucional e operacional, de âmbito nacional e internacional;
- **Treino** (Individual, Equipa e Coletivo), com ações de Formação, e Treino, incluindo a Formação de Formadores;
- **Exercícios** (nacionais e internacionais), através da experimentação, avaliação e certificação de produtos, e tecnologias desenvolvidas;
- **Plataformas de Apoio Educação, Treino e Experimentação - ET&Exp** (sistemas, laboratório, software, hardware, etc.), para estimular a Investigação, o Desenvolvimento e a Inovação, e a avaliação de novas soluções e tecnologias por forma a se criarem os instrumentos tecnológicos adequados à partilha de conhecimento;
- **Sensibilização/Divulgação** (conferências, seminários, *workshops*, etc.), para afirmar-se como o interlocutor internacional para a Educação, Treino e Exercícios (ET&E) Ciber;

O CAIH desenvolverá as ações de simulação, modelação e emulação de ciberdefesa e cibersegurança cooperativa, disponível para a UE e para a OTAN, e alinhado com a Declaração Conjunta UE-NATO. Pretende-se que o CAIH esteja também disponível para as Forças Armadas, Forças de Segurança, Universidades, Indústria, Centros de Investigação, outras entidades do setor público e privado, para a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e para a Iniciativa 5+5, entre outros.

Devido à sua dimensão internacional, será sempre considerada a possibilidade de se candidatar a fundos disponibilizados pela UE, nomeadamente relacionados com o Programa Europeu de Desenvolvimento da Indústria de Defesa (EDIDP), com as respetivas bonificações associadas à Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), e com o Fundo Europeu de Defesa (FED), entre outros.

Com uma localização privilegiada no centro de Lisboa, o CAIH disporá de um anfiteatro, de uma sala de aulas, de um *innovation room* e de um laboratório Ciber incluindo também uma sala multiusos e uma sala técnica, que envolverá a utilização de *Cyber Ranges*, focado no treino individual, de equipa e exercícios em Ciber, educação e treino de nível básico, intermédio, avançado e especialista, quer seja no local ou através do ensino à distância.

2. CONSTITUIÇÃO DO CAIH

Foram já iniciadas pela DGRDN os procedimentos para as obras de adaptação e modernização das instalações cedidas pela Academia Militar - Campus de Lisboa, destinadas ao CAIH, com um investimento aprovado de cerca de 800.000€.

Importa agora formalizar as parcerias do CAIH, nas suas linhas estratégicas de ação, com entidades cujo contributo seja considerado revelante para a edificação e o desenvolvimento do CAIH, assim como para a sua sustentabilidade material e financeira.

Para o efeito, será negociado e celebrado, sob a égide da DGRDN/MDN, um Memorando de Entendimento (MoU) definidor das regras de implementação e funcionamento do CAIH com as entidades participantes que vierem a ser selecionadas através da presente Call.

3. OBJETIVO DESTA CALL

Tendo como pano de fundo os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação, impõe-se definir e divulgar as regras de acesso ao CAIH, tendo em vista promover uma adequada seleção de entidades participantes com base em critérios claros e objetivos.

Assim, esta Call destina-se a garantir a conveniente divulgação do CAIH, que se pretende aberta e inclusiva, de forma a assegurar a maior participação dos potenciais interessados, de acordo com o quadro legal em vigor, e visando obter o melhor contributo de cada entidade participante, de modo a viabilizar a implementação e o funcionamento do CAIH, tendo em conta o modelo de custos partilhados (*Burden Sharing*), regulado através de um MoU a ser celebrado entre as partes.

3.1. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DO CAIH

O CAIH estará aberto a quaisquer entidades, públicas ou privadas, singulares ou coletivas, com ou sem fins lucrativos, que desenvolvam atividade e se proponham dar um contributo relevante para as linhas estratégicas de ação do CAIH – Educação e Treino; Investigação, Desenvolvimento e Inovação; Desenvolvimento da Indústria – designadamente: Universidades, Centros de Formação e Centros de Investigação; Indústria relacionada com a atividade do CAIH; bem como outras entidades que demonstrem desenvolver uma atividade com relevância ou interesse para a implementação e desenvolvimento do CAIH.

Para além da condição referida no parágrafo anterior, as entidades deverão ainda preencher as seguintes condições de elegibilidade:

- Ter sede social num dos países da UE;

- Deter certificado de credenciação de segurança nacional de grau CONFIDENCIAL ou superior;
- Ter a sua situação regularizada relativa a impostos e a contribuições para a segurança social;
- Contribuir com, pelo menos 10.000€ para o investimento inicial, ou entrada em espécie equivalente.

3.2. INVESTIMENTO INICIAL, *BURDEN SHARING* E ESCALONAMENTO DOS PARTICIPANTES

As entidades interessadas comprometem-se a contribuir para a prossecução das linhas estratégicas de ação, normal funcionamento e orçamento do CAIH, num modelo de *Burden Sharing*, gozando dos direitos e deveres previstos no MoU do CAIH, de acordo com o escalonamento definido.

O investimento inicial deverá ser de, pelo menos, 10.000€ (dez mil euros), podendo revestir a forma de contribuição em espécie, designadamente sob a forma de bens a fornecer ou de serviços a prestar.

Caso o investimento inicial seja realizado em espécie, o interessado deverá apresentar uma proposta devidamente fundamentada descrevendo a tecnologia, bens ou serviços, ou recursos humanos, acompanhada pela proposta de valorização financeira da entrada em espécie.

A proposta assim apresentada fica sujeita a avaliação de um júri constituído para o efeito, podendo este reavaliar e alterar o(s) valor(es) proposto(s). Em caso de reavaliação pelo Júri, a mesma será apresentada ao interessado para aceitação.

As entidades que venham a ingressar na iniciativa CAIH comprometem-se, sem prejuízo do direito de renúncia, a continuar a suportar o orçamento do CAIH pelo período mínimo de 3 anos, na proporção correspondente à sua participação, a explicitar no MoU a celebrar, tanto no investimento inicial como no plano de atividades e correspondente esforço financeiro do CAIH.

3.3. ENQUADRAMENTO LEGAL

O CAIH assumirá, numa primeira fase, a forma de um **Agrupamento de Entidades** coordenado, administrativa e financeiramente, pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, e regulado pelas disposições do MoU.

Esta modalidade de constituição deverá assumir uma natureza transitória, idealmente durante o primeiro ano de atividade do CAIH, procurando criar as condições para a evolução para uma forma de constituição que permita a missão de enquadrar os esforços e objetivos privados e públicos, incluindo de Países no âmbito nacional e internacional, incluindo a PESCO, em torno dos seguintes pontos essenciais:

- i. Constituição de uma entidade adequada à prossecução do interesse público reconhecido por uma autoridade pública;
- ii. No caso da linha estratégica de formação, procurar a certificação/acreditação enquanto entidade formadora;
- iii. Procurar obter o reconhecimento como instituição observadora/membro/participante em organizações internacionais relevantes para o âmbito de atividade, nomeadamente e a título de exemplo a CPLP, iniciativa 5+5, EU, NATO, OCDE, etc.

Este enquadramento permitirá a adoção de modalidades de relacionamento ou de associação a outras entidades e instituições, nacionais e estrangeiras, que estão em correspondência com o quadro normativo que vier a ser adotado para a constituição do CAIH. Sendo uma iniciativa nacional, terá uma dimensão internacional que permitirá estabelecer acordos multilaterais, bem como integrar países, pessoas e concorrer a fundos de outros países e organizações.

3.4. CANDIDATURAS

As candidaturas à presente Call devem ser formalizadas através do preenchimento do modelo constante do ANEXO A, e junção dos seguintes documentos:

- Documento comprovativo do qual conste a constituição, designação e objeto social da entidade, bem como a identificação dos membros dos respetivos órgãos sociais de administração, direção ou gerência (certidão do registo comercial ou equivalente);
- Certidões atualizadas do registo criminal (dos membros dos referidos órgãos sociais ou equivalente);
- Declaração de situação regularizada relativa a contribuições para a Segurança Social e Autoridade Tributária (ou declaração de isenção);
- Certificado de credenciação nacional de segurança no grau requerido ou comprovativo de que o processo de credenciação se encontra em curso.

As entidades interessadas podem juntar à sua candidatura a informação adicional que considerarem relevante.

3.5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas serão analisadas pelo júri, constituído por despacho do Diretor-Geral dos Recursos da Defesa Nacional, ao qual compete analisar as propostas recebidas de acordo com as condições de elegibilidade e investimento inicial indicados em 3.1 e 3.2, procedendo à sua admissão ou à sua exclusão caso não reúnam as condições de acesso ou não apresentem a documentação indicada na presente Call.

As propostas admitidas serão avaliadas e ordenadas pelo júri, em função da pontuação obtida com base nas seguintes ponderações e na fórmula:

- Contribuição financeira: 30%;
- Relevância da contribuição em espécie: 70%;
- $Pt = [Pf \times \%] + [Pr \times \%]$

Em que:

- ⇒ Pt é a pontuação total;
- ⇒ Pf a pontuação atribuída à contribuição financeira;
- ⇒ e Pr a pontuação atribuída à relevância da contribuição em espécie.

Caso o investimento seja sob a forma de contribuição financeira (entrada em dinheiro): o mínimo (10.000 €) corresponde a 1 ponto, sendo aplicada uma regra linear para obtenção da pontuação correspondente à proposta de contribuição financeira (Pf).

Caso o investimento seja efetuado em espécie, a pontuação da contribuição será atribuída de acordo com os valores da proposta apresentada (valor de mercado), sujeita a eventual harmonização pelo Júri constituído para o efeito, tendo como referência 1 ponto por cada 10.000 € e a tabela de bens e serviços base, com o referencial de 3 anos.

ÁREA	DESCRIÇÃO/TECNOLOGIA
1. Plataforma Geral de Apoio	
1.1 Hardware	
1.1.1 Rede	<ul style="list-style-type: none"> • 5 Routers Gb • 10 Switches Gb • APs (rede wireless)
1.1.2 Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança de perímetro e acesso remoto (firewall + VPN) • Reverse proxy (Web Application Firewall) • Outros
1.1.3 Infraestrutura tecnológica (<i>Housing</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Solução hiperconvergente para: Alojamento mínimo de 75 VDI (8GB RAM, 500 MB Disco, cada) + Alojamento mínimo de 5 servidores (DC, LMS, VMWare, outros) (32GB RAM 1TB Disco) • Servidor de backup • Servidor VTC

1.1.4 Terminais/cliente	<ul style="list-style-type: none"> • 10 Computadores Intel i7 10th Gen, 64GB RAM, 1TB SSD, <i>dockstation</i>, 20 Monitores 24" • 10 Computadores Intel i7 7th Gen, 16GB RAM, 1TB SSD, <i>dockstation</i>, 20 Monitores 24" • Terminais VTC • 50 <i>Thin Client/zero client</i>
1.2 Software	
1.2.1 Software	<ul style="list-style-type: none"> • Virtualização servidor + VDI • Licenciamento Cliente/servidor (Microsoft) • Software backup • VTC (plataforma central de gestão e licenciamento clientes) • <i>e-learning</i> and score system • Plataforma de partilha de informação
2. Plataforma de treino	
2.1 Cyber Range	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo 300 VMs simultâneas (10 VM/30 Users, 5 VM/60 Users) • Cenários virtuais Red team & Blue team • Gerador/simulador de tráfego • SIEM
2.2 Academias Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> • Microsoft • Cisco • Palo Alto • Check Point • outras
3. Plataforma de I&D	
3.1 Cyber Lab	<p>Conjunto de artefactos para análise, validação, testes de integração/desenvolvimento de novas tecnologias, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDR • Plataforma de Intel • Plataforma para <i>Pen test</i> e análise de vulnerabilidades • Simulador de tráfego • Livraria de 10 cenários para Cyber Lab • Análise forense • <i>Ethical hacking</i>
3.2 SOC	<i>Deployable SOC</i>

4. Pessoal	
4.1 Recursos Humanos (1 elemento no período de 3 anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Professores • Instrutores • Investigadores • Outros
5. Infraestrutura e Equipamento de apoio ao funcionamento	
5.1 Wi-Fi	Cobertura Wi-Fi do CAIH com gestão para toda a sua infraestrutura, para 3 anos
5.2 E&T	<ul style="list-style-type: none"> • Pacote completo de Programas e Cursos do nível técnico/tático ao Estratégico • Plataformas E&T
5.3 Mobiliário	<ul style="list-style-type: none"> • Mesa de reunião e secretárias para equipar as salas de formação e o laboratório • 36 Cadeiras de operação e 15 de reunião para equipar as salas
5.4 Internet	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de internet 1Gb para 3 anos • Execução e manutenção da página web para 3 anos
6. Outros	
	<ul style="list-style-type: none"> • Outras tecnologias, bens ou serviços propostos, e avaliados pelo júri, de acordo com a relevância para a materialização das linhas estratégicas de ação do CAIH.

Tabela 1 – Bens e serviços base

A proposta, como referido em 3.2, fica sujeita a avaliação de um júri constituído para o efeito, podendo este reavaliar e alterar o(s) valor(es) proposto(s). O júri elaborará um relatório preliminar e um relatório final de admissão e avaliação das candidaturas, assegurando, nos termos da lei, a audiência dos interessados.

3.6. PRAZOS

O prazo para submissão das propostas tem início às 00:00 horas do dia 17 de agosto de 2020 e termina às 24:00 horas do dia 30 de setembro de 2020, devendo as mesmas ser enviadas à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, sita Avenida Ilha da Madeira, 1400-204 Lisboa, ao cuidado do Coronel António Quaresma Rosa, ou para o correio eletrónico antonio.rosa@defesa.pt.

O processo de análise e avaliação das propostas decorrerá durante o período de quinze dias após o término do prazo de entrega das propostas, devendo o Júri divulgar o seu relatório preliminar até às 24:00 horas do dia 16 de outubro de 2020.

O relatório final de admissão e avaliação das candidaturas será divulgado até às 24:00 horas do dia 30 de outubro de 2020, período que será dedicado à audiência e coordenação com as entidades candidatas.

3.7. CONTACTOS

Durante o período de apresentação de propostas de candidatura, qualquer pedido de esclarecimento poderá ser encaminhado para Coronel António Quaresma Rosa (antonio.rosa@defesa.pt) e Tenente-Coronel Luis Salomão de Carvalho (carvalho.las@exercito.pt).

4. ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES

4.1. ESTRUTURA DO CAIH

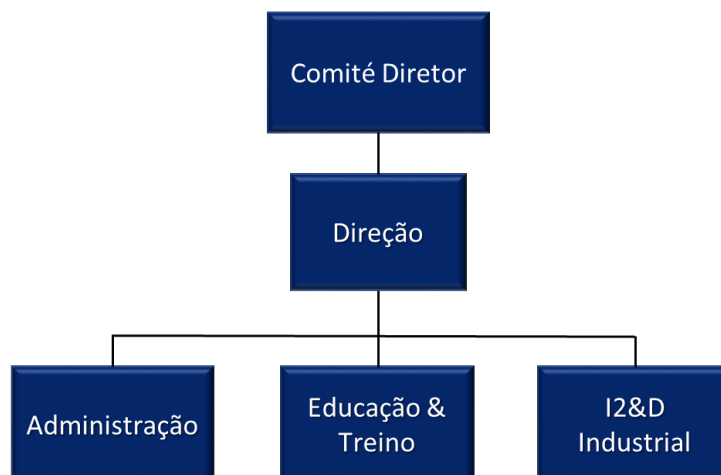


Figura 1 - Estrutura de Governação

A estrutura organizacional do CAIH (Figura 1) permitirá cumprir a sua missão, desenvolver as suas atividades e alcançar os seus produtos, que se caracteriza por:

Comité Diretor – o Comité Diretor (CD) será constituído por representantes de cada membro do CAIH, numa proporção correspondente à sua contribuição, tanto para o investimento inicial como para o plano de atividades, proporção essa que ficará expressa no MoU a celebrar. É o órgão principal a quem

caberá a orientação, sobre questões relativas ao objeto e estratégia do CAIH. Coordenará e aprovará a execução do Programa de Trabalho e o orçamento e supervisionará a sua execução.

Direção – É o órgão máximo de Direção e Gestão do CAIH responsável por dirigir todas as atividades do CAIH e sua representação, chefiado por um elemento nomeado de entre as entidades da área governativa da Defesa Nacional, sendo que até à constituição de uma entidade autónoma financeira e administrativamente será designado por despacho do Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional por quem este designar;

Administração – É o órgão de apoio à direção exercendo, entre outras, as funções de assessoria jurídica, relações externas e internacionalização, protocolo e comunicação, imagem e relações públicas;

Educação e Treino – Órgão responsável pelo desenvolvimento e qualidade das atividades de Ensino e Treino desenvolvidas pelo CAIH;

Investigação, Inovação e Desenvolvimento (I2&D) Industrial – Órgão responsável pelo desenvolvimento das atividades de ligação à indústria e promoção da economia Ciber.

4.2. PROGRAMA DE TRABALHO

As línguas de trabalho do CAIH serão o português e o inglês. O Diretor preparará e apresentará o projeto do Programa de Trabalho ao CD para o ano civil seguinte. O CD tendo em consideração todas as solicitações de serviços e produtos, incluindo os custos associados, aprovará o Programa de Trabalho e o orçamento necessário para o CAIH.

4.3. PESSOAL

O Agrupamento de Entidades preencherá os seus cargos no CAIH de maneira oportuna, nomeando o pessoal adequado e qualificado, de acordo com a descrição das funções aprovadas. O Diretor será o fiel depositário da descrição das funções. Os formadores nas áreas de interesse devem ser avaliados por um júri nomeado para o efeito, de forma a garantir o adequado enquadramento do CAIH.

Os quantitativos pensados para os recursos humanos deverão permitir responder às necessidades para atingir a capacidade operacional inicial, procurando de forma prospetiva entrar em linha de conta com o adicional que será necessário para fazer face a atividades específicas relacionadas com a missão do CAIH, nas suas 3 linhas estratégicas de ação.

4.4. CUSTOS DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAIH

O orçamento do CAIH será proposto de forma a suportar os encargos estimados com o Plano de Atividades aprovado para o ano civil, económico e fiscal seguinte, num modelo de *Burden Sharing*,

assumindo os seus membros, todas as responsabilidades financeiras decorrentes da sua constituição e do seu funcionamento para fazer face às 3 linhas estratégicas de ação do CAIH, incluindo: despesas administrativas, salários e outros custos relacionados com o pessoal para desempenho de funções no CAIH, despesas com os Sistemas de informação e Comunicações (SIC) e serviços associados (e.g. Internet, gestão de Wi-Fi), equipamento de laboratório relacionado com o Programa de Trabalho, serviços de Relações Públicas e organização de eventos.

O modelo de constituição e definição do orçamento do CAIH será definida no MoU aquando da celebração entre as entidades participantes, não podendo prever menos do que 3 anos de participações no orçamento do CAIH.

4.5. CONTABILIDADE E AUDITORIA

A comparticipação financeira prestada pelos membros do CAIH será gerida e controlada de acordo com os princípios de Gestão em vigor no Estado Português.

No final de cada ano fiscal, o Diretor apresentará um relatório orçamental ao CD. As funções de auditoria para o orçamento do CAIH serão executadas de acordo com as diretivas do CD.

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACRÓNIMO	DESCRIÇÃO
APs	Pontos de acesso/Acess Points
CAIH	<i>Cyber Academia and Innovation Hub</i>
CCP	Código dos Contratos Públicos
CD	Comité Diretor
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
E&T	Educação e Treino
EDIDP	Programa Europeu de Desenvolvimento da Indústria de Defesa
ET&E	Educação, Treino e Exercícios
ET&Exp	Educação, Treino e Experimentação
FED	Fundo Europeu de Defesa
Gb	Gigabit
HD	<i>High Density</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MoU	<i>Memorandum of Understanding</i> /Memorando de Entendimento
NATO/OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PESCO	<i>Permanent Structured Cooperation</i> /Cooperação Estruturada Permanente
Pf	Pontuação final
Pi	Pontuação atribuída ao investimento
Pr	Pontuação atribuída à relevância da atividade
SIC	Sistemas de informação e Comunicações
SIEM	Sistema de Gestão de Eventos de Segurança/ <i>Security Information and Event Management</i>
SOC	<i>Security Operations Centre</i> /Centro de Operações de Segurança
TLS	<i>Transport Layer Security</i>
UE	União Europeia
VPN	<i>Virtual Private Network</i>
Wi-Fi	<i>Wireless Fidelity</i>

ANEXO A

MODELO DE PROPOSTA

Cyber Academia and Innovation Hub (CAIH)

Call para a implementação do CAIH

_____ (denominação social, sede e capital social ou equivalente), _____ (objeto social) com o número de NIPC _____, e número de matrícula no registo comercial¹ _____, representada por (nome, número e validade do documento de identificação, e cargo que desempenha na entidade), tendo tomado perfeito conhecimento do conteúdo da Call para a implementação do CAIH, que declara aceitar sem reservas, e considerando reunir as condições de acesso à mesma, vem por este meio declarar o seu interesse em participar no CAIH, obrigando-se a contribuir com o investimento de (... €) (indicar a quantia por expressão numérica e por extenso), sob a forma de contribuição em dinheiro/espécie (eliminar o não aplicável), para período mínimo de 3 anos, na proporção correspondente à sua participação, a explicitar no MoU a celebrar, tanto no investimento inicial como no plano de atividades e correspondente esforço financeiro do CAIH.

(No caso de o investimento ser em espécie, detalhar os bens ou serviços que constituem a contribuição da entidade e a respetiva valorização).

(Indicar outras informações que possam ser relevantes para a avaliação da proposta, designadamente a descrição da sua atividade, a sua ligação a uma ou mais das atividades do CAIH, e a sua relevância em termos de implementação e desenvolvimento do CAIH).

Mais declara, sob compromisso de honra, que renuncia a foro especial e se submete à legislação portuguesa em vigor em tudo o que respeitar à execução do CAIH.

A presente proposta tem a validade de 120 dias (úteis).

Junta (...) documentos.

(Local e data)

Assinatura(s)

¹ Eliminar se não aplicável.



**RECURSOS
DA DEFESA**

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional